

ATA SOBRE A “PROPOSTA DE SISTEMA NACIONAL DE PESQUISAS POR AMOSTRAGEM DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS - SNPA”

Elaborada por Antonio Barradas

O Sr. Flávio Pinto Bolliger, Coordenador da Coagro/IBGE, iniciou sua explanação sobre o **SNPA - Sistema Nacional de Pesquisas por Amostragem de Estabelecimentos Agropecuários**, apresentando um panorama geral sobre o documento denominado “Estratégia global para o melhoramento das estatísticas agropecuárias e rurais”, que é um documento elaborado pela comissão de estatística das Nações Unidas, para nortear as estatísticas agropecuárias no mundo. O palestrante destacou a importância da observação dos princípios do documento, que visam construir um conjunto de estatísticas que abranjam a maior parte das atividades agropecuárias dos países, permitindo comparabilidade e objetivando o acompanhamento da evolução da agropecuária ao longo do tempo. O documento constitui-se em um programa de longo prazo para atender às necessidades de estatística para o século 21 e tem orientado e servido de referência para a Coordenação de Agropecuária (COAGRO). O palestrante fez considerações de que as reformulações propostas demandam um tempo de maturação e que os problemas para sua implantação acontecem em toda a parte do mundo, sendo que as demandas já estão postas pela sociedade, que cada vez mais necessita de informações novas. O palestrante citou recentes problemas de desabastecimento em alguns países, devido à elevação dos preços agrícolas, que chegaram a subir 34% num curto espaço de tempo, tendo isso causado uma preocupação mundial, já que os estoques mundiais de alimentos estavam baixos. Disse que a capacidade de produção de estatística nos países diminuiu muito desde a década de 80, principalmente devido à redução dos recursos aplicados, e que, além disso, os sistemas de produção de estatísticas têm que conviver com as necessidades de novas informações sobre meio-ambiente, biocombustíveis, uso da água e outros dados, que no passado não estavam nos programas de estatísticas agropecuárias, e que essas devem estar integradas às estatísticas nacionais como um todo. Informou que, no mundo e inclusive no Brasil, há falta de coordenação entre os institutos de estatísticas e os ministérios de agricultura, frequentemente ocorrendo esforços duplicados e números conflitantes. Além disso, no

exterior, a estatística agrícola não inclui floresta nem pesca, o que é outro problema, que no Brasil felizmente não temos. Comentou sobre recente estudo da ONU relativo à produção estatística, dando conta que muitos temas têm baixo levantamento, enquanto outros como dados de produção têm levantamento mais completo, mas, mesmo assim, aquém das necessidades mundiais. Assim, a Estratégia Global enfoca um quadro mínimo de informações que os países devem produzir e a integração dessas estatísticas, para que haja um padrão e possa haver comparabilidade ao longo do tempo entre os países. O palestrante informou que as novas estatísticas estabelecem pilares, sendo o primeiro a constituição de um cadastro mestre, que é o cadastro dos produtores. O segundo é ter uma integração entre as estatísticas como um todo, sendo que o arcabouço conceitual da Estratégia Global envolve a integração das estatísticas econômicas, sociais e ambientais. Nesse contexto, o Brasil tem fragilidade em uma série de informações, como os estoques no início da colheita, área irrigada, destino dos produtos, número de animais nascidos por ano, aquicultura, pesticidas utilizados por tipo de produtor e outros, todos apontados no documento como itens mínimos, tratando-se de informações contínuas. O palestrante enfatizou que o importante é produzir informação para compreender o nexos entre o tipo de exploração e as questões ambientais e sociais, que são indissociáveis. A Estratégia Global cita um conjunto de base de informações que servem para produzir estatísticas, como cadastros mestres, censo agropecuário, uso de imagem de satélite, registros administrativos, formando um complexo de fontes de informações, que inclusive pode ser utilizado para a definição de amostras de áreas. Citou como exemplo o Canadá, que tem o registro de todos os produtores rurais. O Coordenador considerou mais adequado para o Brasil, a idéia de que todas as unidades amostrais venham de uma única fonte, pois há uma preocupação muito grande com a coerência dos resultados, sendo importante a ligação entre os dados do domicílio agrícola e do estabelecimento agropecuário. O Sr. Flávio citou a importância do georreferenciamento da informação e a integração de diferentes cadastros, comentando que a nova investigação prevê estágios múltiplos de implantação. O palestrante fez menção da integração desse corpo central, que é a investigação direta ao produtor, com outras fontes de informação já mencionadas, que devem estar integradas num sistema maior de informações agropecuárias. Em seguida, o Sr. Paulo G. M. de Carvalho (IBGE/DPE) informou que o IBGE está envolvido na construção das contas ambientais e, em especial,

da conta da água. Segundo ele, são exatamente as estatísticas da água que são as mais difíceis de serem coletadas, como a água de irrigação por exemplo, tendo solicitado que o palestrante comentasse sobre o assunto. O palestrante disse que a agropecuária tinha muito a ver com meio-ambiente e que essas questões são parte temas emergentes, apresentando grande demanda por parte da sociedade. Em seguida, o Sr. Manoel Antônio S. da Cunha (servidor aposentado do IBGE) comentou que o programa apresentado era bom e ambicioso, mas que as estatísticas agropecuárias e o censo estão no IBGE, no Rio de Janeiro, enquanto o representante da FAO está em Brasília, junto ao Ministério da Agricultura. Assim, não há integração da FAO com o IBGE e isso é um problema, já que, muitas vezes, as informações que o representante da FAO manda para a sua instituição não são as estatísticas oficiais, e, por conta disso, são criadas várias dificuldades. O palestrante concordou com a colocação realizada. Então, o Sr. Dimas Soares Jr. (IAPAR/Paraná) perguntou se havia algum país que se aproximava mais do modelo da Estratégia Global. O palestrante assinalou que os Estados Unidos apresentam um sistema de estatísticas nesses moldes, mas que seu orçamento, somente para as estatísticas agropecuárias, eram quatro vezes maiores que todo o orçamento do IBGE. Acrescentou que as estatísticas da Europa também contemplam a maioria dos indicadores relacionados na Estratégia Global. O Sr. Flávio, a seguir, enfatizou a importância do cumprimento das recomendações da FAO, sintetizados no documento Estratégia Global, que prevê a implementação de um programa mínimo. Comentou que a integração nas estatísticas pode ser construída através da unidade de investigação, sendo primordial o desenvolvimento de uma infra-estrutura que seja permanente e não se deteriore ao longo do tempo. Citou que o outro objetivo é fazer um levantamento contínuo de caráter estrutural, com escopo amplo, sendo uma pesquisa de multipropósito e que apresente qualidade em seus resultados. Em seguida, deu início à apresentação do Projeto SNPA - Sistema Nacional de Pesquisas por Amostragem de Estabelecimentos Agropecuários¹. A certa altura, o Sr. Manoel Antônio (servidor aposentado do IBGE) perguntou se essa pesquisa permanente seria em nível nacional ou estadual, obtendo a resposta de que esse tipo de pesquisa amostral nunca deve ter detalhamento menor que estado e, mesmo assim, para algumas variáveis. O Sr. Manoel

¹ Aspectos específicos relativos ao projeto de pesquisa foram omitidos neste relato. Em relação ao projeto recomenda-se a leitura do documento “Projeto SNPA: concepção geral e conteúdo temático” disponível na página do Fórum SNPA.

Antônio comentou que pesquisas desse tipo são muito caras e já haviam sido implementadas em alguns estados do País, no passado, sem contudo ter logrado êxito. O Sr. Flávio, em resposta, ressaltou o espírito de desafio profissional e incentivo da direção do IBGE, bem como da existência de novos recursos estatísticos, que no passado não estavam disponíveis. A seguir, o palestrante ressaltou a importância de se ter o cadastro do Censo Agropecuário 2006 atualizado, o que pode ser feito utilizando algumas fontes disponíveis. O palestrante ainda salientou que o País está avançando muito em termos de formalização dos produtores e em termos de registro, sendo que isso deve ajudar na implantação da nova pesquisa por amostragem probabilística. O Sr. Flávio enfatizou que o IBGE tem feito progressos e recentemente criou o CNEFE (Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos). Com relação a esse cadastro, especificamente na área rural, foram captadas coordenadas geográficas. Estas informações compõem o CEPA, que é o Cadastro de Estabelecimentos e Produtores Agropecuários. Esse cadastro tem origem censitária e é atualizado de forma permanente. Em seguida, o Sr. João Paulo C. Santos (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais - Bahia) perguntou se ele próprio, como produtor, fazia parte desse cadastro, tendo recebido resposta positiva do palestrante. Em nova intervenção da plenária, foi perguntado ao palestrante se o principal problema desse cadastro seria mantê-lo atualizado. Isto foi confirmado pelo Sr. Flávio, que, em seguida, acrescentou que o SNPA visa atender a três necessidades, que são a **ampliação do escopo**, ou seja, ampliação do tipo de informação que se levanta sobre o estabelecimento agropecuário; **a integração com o censo e demais pesquisas do IBGE**; e **a melhoria de qualidade da informação**. O palestrante afirmou que pretende-se seguir o programa mínimo orientado pela Estratégia Global e que o atual programa de estatística agropecuária produzida no Brasil encontrava-se superado, já que seu delineamento básico foi construído ainda na década de 70, dando-se ênfase na estatística de produção, estoques, efetivos animais e um pouco em preços. O Coordenador comentou ainda que o SNPA pretende garantir informações sobre temas emergentes, para permitir análise de nexos entre as dimensões econômicas, sociais e ambientais envolvidas nas atividades agropecuárias e o acompanhamento de sua evolução. Em seguida, o Sr. Manoel Antônio fez comentário sobre a qualidade do recenseador, sua baixa formação e o caráter de instabilidade com o qual é contratado, fazendo menção à queda da qualidade da informação obtida, tendo o palestrante

concordado com a colocação. Em seguida, o Sr. Flávio fez uma comparação entre a pesquisa censitária e a pesquisa por amostra probabilística, tendo assinalado uma série de vantagens para a segunda. O palestrante então explicou com detalhes as fases de implantação da nova pesquisa, mostrando que o que se quer é uma abordagem de pesquisa com produção de dados de forma contínua e com maior qualidade da informação. Citou que muitas das demandas poderão ser cumpridas através de pesquisas especiais ou suplementares, que poderão ter questionários elaborados com propósitos bem específicos. O palestrante afirmou ainda que, com a implantação do SNPA, serão coletadas informações para formar um acervo, que é semelhante ao acervo que se tem a cada dez anos no censo, mas com uma qualidade maior e uma vantagem adicional, que é permitir que se faça análise longitudinal dos dados, uma vez que o respondente deve ficar por um período de seis anos respondendo à pesquisa. Em seguida, o Sr. Manoel Antônio perguntou ao palestrante sobre o descompasso das informações do ano civil em relação à despesa e receita do produtor, tendo recebido a resposta de que esse problema também será eliminado, uma vez que se obterá dados relativos a vários anos subsequentes, tornando possível apurações e análises segundo um e outro critério. O palestrante salientou que as novas pesquisas atenderão demandas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério da Agricultura e do Meio-ambiente, obtendo informações que são relevantes para os bancos, para o sistema de seguro agrícola, a EMBRAPA, dentre outros. O Sr. Flávio ainda falou a respeito do que pode vir a ser objeto de pesquisas especiais, como o custo de produção, confinamento bovino, floricultura, viticultura, que são atividades menores na agropecuária, podendo ser realizadas através de uma amostra especial. O palestrante disse que as novas pesquisas poderão gerar quatro publicações conjunturais e uma publicação anual relativa à estrutura agropecuária. Além disso, uma publicação anual sobre a atividade agropecuária, além de publicações de estudos especiais. Em seguida, foi dado um intervalo de quinze minutos. Após esse intervalo, o palestrante retomou o assunto, mostrando que a implantação será feita de forma gradual e cuidadosa, a começar pelo seu planejamento, que já está em curso. Informou que a idéia é fazer uma implantação progressiva, iniciando por uma amostra limitada, garantindo, por exemplo, informação por biomas, uma vez que o território brasileiro é muito heterogêneo, e ir progredindo em detalhamento, ao longo do tempo, ao invés da alternativa começar um estado e então expandir, à medida que se fosse adquirindo

experiência. O palestrante terminou sua explanação, abrindo espaço para perguntas. O Sr. Onésio Francisco Dutra (IBGE/Goiás) perguntou se a pesquisa a ser implantada trabalharia com pessoal temporário ou da casa e se substituiria o Censo Agropecuário. Ele teve como resposta que ela não substitui o Censo e que o pessoal a ser utilizado seria de contratados e funcionários de casa do IBGE. Em seguida, o Sr. Onésio fez comentário sobre as dificuldades de se trabalhar com pessoas contratadas temporariamente, pois quando chegam a aprender bem o trabalho, vão embora por ocasião do término do contrato. O Sr. Pedro Andrade (IBGE/Piauí) perguntou se a pesquisa tem como objetivo investigar de forma regional e nacional, tendo recebido resposta afirmativa do palestrante. O Sr. Valdilson (IBGE/Contas Nacionais) manifestou sua preocupação quanto ao impacto da nova proposta de pesquisa, com relação à apuração das Contas Nacionais, principalmente em relação ao PIB dos municípios, tendo perguntado ao palestrante se haveria possibilidade de se obter dados sobre despesas em cada trimestre. O Sr. Flávio informou que a pesquisa municipal continuaria sendo realizada e que a nova pesquisa não produzirá dados por municípios, mas poderá ser utilizada para calibrar e melhorar os resultados da pesquisa municipal e que, com relação à obtenção de dados sobre despesas trimestrais não estava sendo previsto, mas que cabe avaliar a possibilidade de obtê-los dentro da nova pesquisa. O Sr. Valdilson fez menção sobre o grupo dos “outros”, que, com a nova pesquisa, deverá ficar muito grande, e, segundo seus cálculos, em torno de 35% de peso. Segundo ele, seria uma preocupação para a apuração das Contas Nacionais, já que essa pesquisa atualmente estava em processo de mudança de base de dados, e que esse processo deve ser realizado de forma harmoniosa. O palestrante reiterou que cada novo produto investigado aumenta ainda mais a amostra, tendo achado exagerado esse valor de 35%. O Sr. Paulo G. M. de Carvalho (IBGE/DPE) perguntou ao Sr. Flávio quais as pesquisas que acabariam com a nova proposta, tendo recebido como resposta que não acabará nenhuma pesquisa e nem mesmo o Censo. Apenas acrescentou que a investigação de estoque de produtos agropecuários, em estabelecimentos agropecuários, é que poderia migrar para essa pesquisa, com melhor qualidade. O palestrante informou que, dentro do IBGE, já se tem várias discussões realizadas sobre a melhoria e mudanças nas pesquisas subjetivas e que o assunto deverá ser objeto de discussões em novos fóruns. O Sr. Eliseu Roberto Alves (EMBRAPA) elogiou o projeto de implantação das novas pesquisas, manifestando sua preocupação quanto à descontinuidade

gerencial que surge das mudanças de direção dos órgãos públicos, sendo isso, uma ameaça ao projeto. Em seguida, perguntou ao Sr. Flávio como poderia manter a cooperação e a fidelidade do informante, já que sua informação muitas vezes não tem o retorno esperado pelo mesmo. O palestrante agradeceu às palavras e informou que acredita na continuidade do projeto, tecendo considerações quanto à fidelidade, citando que na pesquisa de produção de ovos, 1/5 da amostra já tem mais de 20 anos respondendo trimestralmente, e que a metade da amostra tem mais de dez anos. O palestrante enfatizou que, quando se investiga reiteradamente o mesmo produtor, se obtém melhoria na qualidade das informações, já que aumenta sua interação com o órgão de estatística, o que não acontece com o informante eventual. Quanto aos vícios de resposta, que podem surgir quando se investiga reiteradamente um mesmo produtor, o palestrante informou que é possível evitá-los com um bom treinamento da equipe de coleta, e principalmente investindo-se na certificação das informações. O Coordenador ainda informou que o ofício da estatística muitas vezes é ingrato, e se tem que estar verificando a cada momento a veracidade das informações obtidas. A Sra. Márcia Quintslr (IBGE/COREN) então falou da importância das mudanças nos órgãos de estatística, já que o mundo está em constante evolução e as demandas são cada vez maiores. Colocou que essas demandas estão além das equipes técnicas dos órgãos de pesquisa e que são institucionais, muitas vezes transcendendo até mesmo o país, já que o mundo hoje em dia está interligado, no que diz respeito ao acesso às informações. A participante, abordando as dimensões da produção, disponibilidade, acesso ao alimento e consumo, perguntou ao palestrante se isso era focado pela Estratégia Global, no que diz respeito a esse amplo espectro, ou se ela, a Estratégia Global, se limitava apenas à questão da produção. A Sr. Márcia ainda solicitou ao palestrante que respondesse sobre o conceito de domicílio agrícola, no sentido de estar relacionado com a atividade agropecuária e se esse conceito coincide com o administrativo, comentado pelo palestrante quando mencionou o PRONAF. O Sr. Flávio informou que a Estratégia Global não alcançava segurança alimentar pela ótica de consumo, mas que ela avançava no sentido da interface com o domiciliar, pois pretende também melhorar as informações estatísticas sobre desenvolvimento rural. Citou outro grupo da ONU, o Grupo de WYE, que se ocupa do tema. O palestrante assinalou que cerca de 1/4 dos trabalhadores não moram no campo e isso é um problema para efeito de levantamento estatístico, e que, além disso, tem muitos

trabalhadores no campo que não são produtores e não estão envolvidos diretamente com as atividades agropecuárias. O Sr. Flávio explicou que em relação ao domicílio agrícola tem sido considerados, para efeitos de levantamento de dados estatísticos, três conceitos: o amplo, o restrito e o marginal; no conceito restrito considera-se domicílio agrícola aquele cuja principal fonte de renda é da atividade de produtor agropecuário ou, alternativamente, aqueles cujo chefe é produtor rural; no amplo que ao menos parte da renda da família seja de produção agropecuária ou, alternativamente, que ao menos um membro seja produtor; o conceito marginal corresponde ao complemento entre amplo e restrito. O palestrante afirmou que isso tem conseqüências em termos de política agrícola e social, principalmente no que diz respeito à agricultura familiar, sendo que esses conceitos não batem com o adotado pelo PRONAF ou com a Lei da Agricultura Familiar. No entanto, não se pode evitar o esforço de tentar dar coerência a essas três abordagens. O Sr. Aroldo Antônio de Oliveira Neto (CONAB), a seguir, fez algumas observações sobre as diferentes características das espécies agrícolas de interesse econômico, a serem investigadas. Manifestou sua preocupação com relação à amostragem, recomendando que sejam realizadas consultas junto às organizações de produtores, sindicatos e federações, para que sejam obtidas informações que possam orientar na obtenção de uma amostragem mais representativa. Também salientou que fossem incluídas técnicas de imagem de satélite, de forma a reduzir a margem de erro. O palestrante informou que a metodologia a ser aplicada na nova pesquisa deve se bastar em si, e que nesse tipo de pesquisa é normal se adotar meios de calibração, citando a produção da cana, que é obtida de forma sólida ao se investigar as usinas de açúcar. O Sr. Flávio informou, ainda, que a imagem de satélite era eficiente para alguns casos, mas que deixava a desejar em outros. O Sr. Aroldo (CONAB), então, perguntou sobre a possibilidade da utilização dos cadastros do IBGE por outras instituições. Recebeu resposta positiva, desde que para fins estatísticos, salientando, no entanto e que não pode ser fornecido o nome do produtor, uma vez que existe toda uma legislação que veta o acesso a informações de caráter restrito. A Sra. Zélia Bianchini, Diretora de Pesquisas Adjunta do IBGE, informou que tem todo um procedimento para a liberação dessas informações, tendo descrito com detalhes o mesmo. Em seguida, o palestrante agradeceu a presença de todos, realçando a utilidade do presente fórum, aproveitando para reiterar o convite a todos para a participação nos próximos, e que todas

essas discussões são necessárias para que seja alcançada rica reflexão, acerca dos novos projetos da COAGRO.